

Notícias do dia 11 de dezembro



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 6 | Número de veículos: 5

O POPULAR - GO - POLÍTICA
TCE - GO

TJ de Goiás propõe criar 277 cargos comissionados..... 3

O POPULAR - GO - POLÍTICA
TCE - GO

Prefeitos se movimentam contra punição..... 5

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - POLÍTICA
TCE - GO

Dívida tucana - FIO DIRETO..... 7

PLURAL NOTÍCIAS - NOTÍCIAS
TCE - GO

Caiado entrega premiação a órgãos estaduais e servidores mais bem colocados nos rankings
do Programa de Compliance Público e do Goiás Mais Transparente
..... 8

PORTAL SERRA DOURADA NEWS - ONLINE - GO - ÚLTIMAS
TCE - GO

Caiado entrega premiação a órgãos estaduais e servidores mais bem colocados nos rankings
do Programa de Compliance Público e do Goiás Mais Transparente
..... 11

O POPULAR ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO

Prefeitos que não investiram na Educação querem se livrar de punição..... 14

TJ de Goiás propõe criar 277 cargos comissionados

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de **Goiás** (TJ-GO) aprovou por unanimidade, nesta sexta-feira (10), minuta de projeto de lei para criação de 277 cargos comissionados e extinção de 137 funções de confiança (FCs), ocupadas exclusivamente por servidores efetivos. A alteração está incluída na proposta de aumento de 10 cargos de desembargador, passando de 42 a 52.

O TJ-GO se recusou a informar o impacto financeiro, mas os dados do projeto, ao qual O POPULAR teve acesso, apontam que o salto de comissionados custará quase R\$ 1 milhão por mês, enquanto o corte de FCs resultará em economia mensal de R\$ 355 mil. A diferença representa aumento de gastos de R\$ 3,6 milhões anuais.

O projeto seguirá para a **Assembleia Legislativa de Goiás**, que planeja votá-lo ainda este ano.

O POPULAR revelou em maio deste ano que a direção do TJ-GO havia determinado cálculos e estudos para a transformação dos cargos. À época, o tribunal respondeu à reportagem que se tratava de "mera especulação". Em fevereiro, a **Alego** já havia aprovado projeto do TJ-GO que substituiu 105 efetivos por 102 comissionados nos cargos de assessoria a juízes de primeiro grau. Agora as alterações ocorrem principalmente na estrutura de segundo grau.

Com a mudança proposta, os gabinetes dos desembargadores passarão a ter quase 80% de comissionados. Atualmente, são 57%. Cada desembargador tem 14 servidores, sendo 8 comissionados e 6 efetivos. Agora serão 11 comissionados (veja quadro).

Cada gabinete tem atualmente seis funções por encargo de confiança (FEC), sendo quatro de nível FEC 7 e duas de nível FEC 8, com salários de R\$ 3.311,58 e R\$ 3.936,4, respectivamente. Com a proposta, serão apenas três FEC 7.

De outro lado, a quantidade de assistentes executivos de desembargador dobrará, de três para seis em cada gabinete, com salários de R\$ 3.748,96.

A sessão do Órgão Especial da manhã desta sexta-feira não teve transmissão pela internet. Pela manhã, após a aprovação, o TJ-GO divulgou no site apenas o

aumento de 10 cargos de desembargador, "com respectiva estrutura de gabinete", que "visa aprimorar a prestação jurisdicional e tornar mais ágil o julgamento de recursos e de ações originárias". O texto não tem a informação de redução de FCs.

O projeto também prevê a criação de duas novas câmaras, com cinco componentes cada, sendo uma criminal e uma cível, além de duas secretarias. "A estrutura de cargos para os gabinetes e para as secretarias de câmaras, prevista no projeto de lei, está em consonância com a quantidade de serviços que serão prestados, visando atender bem os jurisdicionados e os integrantes do sistema de justiça", diz a nota do tribunal.

Ainda de acordo com o texto oficial, o presidente do TJ-GO, desembargador Carlos França, manifestou agradecimento aos desembargadores "que compreenderam a necessidade do aprimoramento da estrutura judiciária do tribunal". E completa que o projeto "está em conformidade com as normas fiscais, orçamentárias e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), além de observar a autonomia e independência do Poder Judiciário".

Após aprovação da **Alego**, o projeto seguirá para sanção do governador Ronaldo Caiado (DEM) e entra em vigor em 120 dias após a publicação, de acordo com a proposta.

No documento em que determinou estudos para aumento de comissionados, de maio, o presidente do TJ-GO afirmou que há escassez de servidores efetivos no âmbito do segundo grau e que tem sido necessário deslocar pessoal do primeiro grau de jurisdição, o que atrapalha a prestação de serviço. Ele solicitava que as mudanças não tivessem aumento de despesas.

Questionado nesta sexta-feira pela reportagem sobre impacto financeiro e detalhes das estruturas dos gabinetes, o TJ-GO respondeu apenas que "o projeto de lei foi aprovado dentro da legalidade e de acordo com as leis orçamentárias, visando o interesse público e uma prestação jurisdicional mais célere". Completou que não houve aumento no número total de servidores dos gabinetes de desembargadores, informação que a reportagem já havia constatado, mas não quis confirmar a proporção de comissionados e efetivos.

"A criação de cargo visa dar condições para o funcionamento dos gabinetes e secretarias de câmaras. Nos gabinetes dos desembargadores existe um número de cargos e funções necessários à prestação jurisdicional e todos têm o mesmo quantitativo de servidores em suas equipes", completa a nota.

O POPULAR também solicitou posição da Associação dos Magistrados do Estado de **Goiás** (Asmego) sobre a qualidade do serviço prestado pelos gabinetes de desembargador com o aumento de comissionados. Em nota, a entidade não respondeu, afirmando apenas que a nova estrutura é importante. "A Asmego parabeniza o TJ-GO pela criação dos novos cargos que comporão a estrutura do Judiciário goiano. Essas funções são muito importantes para ajudar a desafogar o trabalho das câmaras dos tribunais que, atualmente, estão sobrecarregadas. O jurisdicionado goiano merece uma prestação cada vez mais célere no âmbito do segundo grau", diz.

Estrutura atual pede 60 efetivos; concurso abre 95 vagas

Se mantivesse a estrutura atual dos gabinetes de desembargador, o tribunal teria de contar com mais 60 efetivos apenas para atender a nova estrutura. Em concurso que será realizado na próxima semana, o TJ-GO abrirá vagas para 95 efetivos no cargo de analista judiciário.

Servidores do tribunal, sob condição de anonimato, afirmam que, pela demanda já existente e a criação de novos cargos de desembargador, a abertura de vagas deveria ser bem maior. "O concurso anterior ocorreu há mais de seis anos. Deviam planejar para atender a demanda. Se está faltando servidor, por que abriram apenas 90 vagas?", questiona uma servidora.

Um outro servidor afirma que os desembargadores querem ter autonomia para nomear assessores e que isso, além de reduzir a qualidade do trabalho técnico, abre caminho para nepotismo e favorecimento.

O TJ-GO teve aumento de 69% no número de comissionados nos últimos dez anos, enquanto o número de efetivos caiu 0,7%. Os dados levam em conta as informações oficiais do próprio Judiciário fornecidos ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)** de 2010 a 2020.

Sobre os gabinetes de desembargadores, os servidores afirmam que a proporção de comissionados e efetivos era de um para um até dez anos atrás, depois houve criação de mais dois comissionados e agora outros três.

Procurado, o Sindicato dos Servidores e Serventuários da Justiça do Estado de **Goiás** (Sindjustiça) não se manifestou. Em maio, a entidade afirmou que preferia não comentar o assunto porque tratava-se de estudo e ainda não havia proposta concreta de mudança.

Site: <https://opopular.com.br/digital/11-dezembro-2021/1o-caderno>

Prefeitos se movimentam contra punição

Entidades que representam prefeitos de todo o país estão mobilizadas pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 13/2021, que determina que estados, o Distrito Federal e os municípios não poderão ser responsabilizados em caso de descumprimento do gasto mínimo constitucional de 25% da receita com educação nos anos de 2020 e 2021. A PEC propõe que a verba não usada seja aplicada até 2023.

De um lado, os gestores alegam que a pandemia provocou queda significativa nos gastos com educação, já que não houve despesa com transporte escolar e contratos temporários, por exemplo. Existem também casos de municípios que tiveram aumento de arrecadação, mas há justificativa de que o incremento não estava previsto na programação de gastos.

Do outro lado estão entidades que representam profissionais que trabalham na educação e que atuam em defesa de pautas da área, e são contrários à PEC. O argumento é que os prefeitos deveriam ter aplicado a verba em ações como melhorias no sistema de aula à distância e investimento na infraestrutura das escolas para a retomada das aulas.

Levantamento da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) aponta que até o 4º bimestre, em uma amostra de 4,2 mil municípios brasileiros, 3,4 mil gastaram menos que 25% com a educação. A lista tem 193 cidades goianas, sendo que 106 registraram índice menor que o constitucional.

Em relação ao 5º bimestre, em uma lista de 698 municípios brasileiros (com 11 goianos), 569 registraram despesa abaixo de 25% com a educação. Na lista de cidades com percentuais abaixo do exigido pela legislação, oito são de **Goiás**. O fato de registrar índice menor que 25% até o 5º bimestre não demonstra falha, pois a apuração ocorre anualmente. No entanto, os dados acendem sinal vermelho.

A amostra do 5º bimestre é menor porque o levantamento foi feito com base em dados registrados pelas prefeituras no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) até outubro.

Investimentos

No levantamento da FNP referente ao 5º bimestre, a cidade goiana que registrou menor índice de investimento em educação foi Pirenópolis, com 16,48%. Em nota, a assessoria da prefeitura informou

que a rede municipal tem sete escolas urbanas e nove unidades em povoados. A prefeitura disse ainda que planejamento compreende ações como construção de quadras cobertas e aquisição de equipamentos tecnológicos para uso dos professores e de tablets para uso dos alunos. A nota informa que há procedimentos licitatórios para as aquisições em finalização e que a gestão se dedica para que todo o planejamento ocorra "zelando pela legalidade, e claro, pela qualidade dos investimentos na educação municipal".

No ranking dos menores índices em **Goiás**, o segundo lugar é de Paraúna, com 18%. O prefeito Paulo José Martins (Republicanos) afirma que provavelmente o município conseguirá atingir o percentual de 25%. O gestor conta que a despesa com custeio na educação caiu, mas a prefeitura está reformando as cinco escolas municipais e comprando material escolar para os alunos.

O 3º lugar na lista é de Cocalzinho de **Goiás**, com 18,43%. De acordo com o prefeito Alessandro Otone (PL), 2021 foi um ano difícil para gestão devido às incertezas do retorno das aulas presenciais. O prefeito diz que o município tem 58 linhas de transporte escolar, despesa que caiu devido ao ensino remoto. Atualmente, a gestão está investindo em reforma das escolas. "É quase certeza que vamos alcançar (os 25%), mas não é tarefa fácil", afirma.

'Falta interesse', diz presidente do Sintego

A presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de **Goiás** (Sintego), Bia de Lima, afirma que a dificuldade em atingir o mínimo de 25% de despesa com educação em relação à receita nos municípios está ligada à falta de preocupação dos gestores em dar atenção à área. "A essência é a falta de interesse dos prefeitos e governos, em sua grande maioria, em fazer investimentos tão necessários para a educação pública."

Questionada sobre o que os prefeitos poderiam ter feito para garantir a continuidade no fluxo de despesa com educação nos últimos dois anos, Bia afirma que os gestores deveriam ter se mobilizado, como agora, junto ao Congresso Nacional. A presidente lembra que a Lei Complementar 173 restringiu as despesas de municípios, estados e União, em caso de calamidade financeira provocada pela pandemia. A norma proíbe, por exemplo, reajustes a servidores públicos. Para Bia, os prefeitos poderiam ter se mobilizado para conceder

benefícios que valorizassem profissionais da educação, além de investir na infraestrutura das escolas.

Secretário-executivo da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), Gilberto Perre afirma que projeções apontam que os municípios brasileiros vão arrecadar em 2021 R\$ 48 bilhões a mais do que foi orçado. Diante disso, há R\$ 12 bilhões que precisam ser aplicados em educação, mas estavam fora do planejamento. "As receitas aceleraram muito por causa do avanço do processo de vacinação." Perre explica que no segundo semestre de 2020, quando o orçamento de 2021 foi preparado, não havia perspectivas sobre a vacina.

O secretário-executivo afirma que, diante da situação "absolutamente excepcional", os prefeitos defendem a aprovação da PEC 13/2021, que impede a punição de gestores pelo descumprimento da aplicação do mínimo de 25% na educação e prevê o uso dos recursos ainda não gastos até o ano de 2023. Os prefeitos que não respeitam a legislação estão sujeitos a processo por crime de responsabilidade, rejeição de contas e maiores dificuldades para contratar operações de crédito. O presidente da Federação Goiana dos Municípios (FGM), Haroldo Naves (MDB), afirma que a entidade também está mobilizada pela aprovação da proposta.

Estado afirma que regra será cumprida

Em julho, o **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)** expediu alerta ao governo de **Goiás** sobre o risco de descumprimento da legislação no que diz respeito ao gasto mínimo obrigatório com educação e saúde. O tribunal verificou que o estado aplicou, em educação, durante o primeiro semestre, 20,84% da receita arrecadada. Na saúde, foram 11,4% (o mínimo exigido é 12% por ano). Em nota, a Secretaria de Estado da Educação informou que realiza, em contato com a Secretaria da Economia, a análise periódica da vinculação de receitas. A pasta informou que não existe possibilidade de o investimento na área ficar abaixo do mínimo constitucional. Também por nota, a Secretaria de Estado da Saúde informou que, neste ano, já empenhou 11,94% e pagou 11% do orçamento, número se aproxima do percentual mínimo de 12% da arrecadação. O cumprimento da regra é, segundo a pasta, prioridade e foi alcançado nos últimos dois anos considerando o valor pago, e não somente empenhado. Já a Prefeitura de **Goiânia** investiu, até o fim do 4º bimestre deste ano, 21,78% em educação.

Site: <https://opopular.com.br/digital/11-dezembro-2021/1o-caderno>

Dívida tucana - FIO DIRETO

Cloves Reges

O **TCE-GO** homologou na sessão da última quinta-feira (09/12) Termo de Ajuste de Gestão (TAG) com a SES/GO para viabilizar o pagamento de restos a pagar aos municípios no valor de R\$ 138,5 milhões referentes a débitos dos exercícios de 2016, 2017 e 2018, época em que o estado era governado pelo tucano Marconi Perillo. Esse foi mais um passivo herdado pela gestão de Ronaldo Caiado (DEM).

Site:

<http://impresso.dm.com.br/edicao/20211211/pagina/10>

Caiado entrega premiação a órgãos estaduais e servidores mais bem colocados nos rankings do Programa de Compliance Público e do Goiás Mais Transparente

O governador **Ronaldo Caiado** premiou, nesta quinta-feira (09/12), órgãos estaduais que se destacaram nos rankings do Programa de Compliance Público (PCP) e do **Goiás Mais Transparente**. O evento, realizado no auditório do Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJGO) fez parte do encerramento da Semana Internacional de Combate à Corrupção 2021, coordenada pelo **Governo de Goiás**, por meio da Controladoria-Geral do Estado (**CGE**).

"Graças ao Compliance, fizemos com que grande parte dos programas e dos contratos não caminhassem para um lado que desse prejuízo ao povo goiano. Trouxemos benefícios para a população goiana de mais de 1,5 bilhão que não foram desviados e, como tal, bem aplicados para a sociedade", disse Caiado.

Os vencedores da premiação foram divididos por categoria. A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de **Goiás** (**Fapeg**), venceu no Grupo I, que reuniu órgãos de até 200 servidores. Na entrega do prêmio, o presidente Vanderlei Cassiano foi representado por Robson Domingos. A **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra), sob a gestão de Pedro Sales, venceu na categoria Grupo II (órgãos de 201 até 1.000 servidores); a **Agência Goiana de Defesa Agropecuária** (**Agrodefesa**), comandada por José Essado, venceu no Grupo III (órgãos acima de 1.000 servidores). O órgão de destaque em gestão de riscos foi a Saneamento **Goiás** (Saneago), que tem Ricardo Soavinski como presidente.

No prêmio **Goiás Mais Transparente**, o Ministério Público do Estado venceu a Categoria I - Poderes Autônomos; a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), sob a gestão de Tiago Mendonça, venceu a Categoria II - Órgãos da administração direta, autarquias e fundações públicas. A Agência Goiana de Gás Canalizado (Goiásgás), sob a presidência de Marcelo Alves de Sousa, venceu a Categoria III - Empresas públicas e sociedades de **economia** mista.

O Prêmio Inovação em Transparência Pública foi para a Secretaria de Indústria e Comércio (SIC), sob a gestão de Joel de Sant'anna. Na categoria Servidores Destaque em Gestão de Riscos, o prêmio foi para Leidina Rosa dos Santos, da Secretaria de Comunicação (Secom).

O PCP desenvolve ações com base em quatro eixos: ética, transparência, responsabilização e gestão de riscos. O intuito é melhorar a governança e prestação dos serviços públicos nos órgãos estaduais, com melhores entregas à sociedade, além de implementar uma cultura de gerenciamento de riscos. Instituída em todos os órgãos estaduais, a iniciativa tornou o governo goiano referência nacional no tema, além de melhorar a gestão estadual e promover a **economia** de mais de R\$ 1,5 bilhão em dois anos.

A evolução da implementação do PCP no Estado de **Goiás** é garantida por meio do ranking anual realizado pela **CGE**, que avalia o desempenho de todos os órgãos na implantação e desenvolvimento do programa. Controlador-geral do Estado, Henrique Ziller fez um balanço dos resultados do Programa de Compliance Público, implantado pelo governador **Ronaldo Caiado** em 2019, logo no início de sua administração.

"Temos resultados impressionantes, o programa está implementado em todos os órgãos do Estado. Esse resultado é único e exclusivo do Estado de **Goiás**", disse Ziller. Ele conta que muitos perguntam se o governador apoia o programa de compliance, e explicou: "não só apoia, mas, sim, dirige. Ele está a frente e implementou esse programa. O sucesso do compliance está diretamente relacionado a ele ser o grande mentor".

O vice-governador Lincoln Tejota destacou o esforço dos servidores na execução do programa que está deixando marcas profundas e vai se transformar em **política** de Estado. "Parabenizo cada um dos servidores, cada um daqueles que estão se doando,

se entregando, na certeza de que estamos combatendo um bom combate", disse Tejota.

O evento contou ainda com a participação do corregedor-geral do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, **Sebastião Tejota** e dos secretários de Segurança Pública, Rodney Miranda e de Administração, Bruno D'Abadia.

"Conseguimos mais de R\$ 700 milhões em processo de recuperação e temos uma previsão de, até o final do governo, retornar aos cofres públicos mais de 2 bilhões de reais com as operações de combate à corrupção", disse Rodney Miranda. Para o secretário, "a corrupção é tão grave quanto os crimes violentos e nós temos que ter a mesma repugnância a esse tipo de crime, que temos em relação aos outros".

Em 2021, só a Delegacia Estadual de Combate à Corrupção (Deccor) deflagrou 10 operações com 62 mandados de busca e apreensão cumpridos, 365 pessoas indiciadas, aproximadamente R\$ 190 milhões apreendidos e 10 servidores públicos afastados. Estes resultados foram apresentados pelo delegado titular da unidade, Rodrigo Mendes. "Muito obrigado pela autonomia que tem dado para os organismos policiais e para a Superintendência de Segurança", agradeceu Mendes ao governador **Ronaldo Caiado**.

Reconhecimento a servidores

Além dos troféus aos órgãos da administração direta e indireta que se destacaram, foram entregues ainda, as premiações dos servidores que tiveram um desempenho acima da média na execução da gestão de riscos e distribuídas as certificações de capacitação em compliance público.

"Esse prêmio é o resultado do esforço, comprometimento e engajamento de todos da Secom. Eu estou apenas como representante, pois o prêmio é de todos que me ajudaram e é de toda a Secom", disse a servidora Leidina Rosa dos Santos, uma das coordenadoras do Escritório de Compliance da Secretaria de Comunicação (Secom).

Para o **conselheiro Sebastião Tejota**, que representou o **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, o compliance tem diminuído a corrupção no Estado de **Goiás** e facilitado o controle externo, auxiliando o trabalho do órgão. "Vamos seguir na busca pela máxima transparência", disse Tejota. Vice-presidente do Tribunal de Justiça de **Goiás** (TJGO), Zacarias Neves apontou o avanço no combate à corrupção: "a gente sente no dia a dia que o nosso Estado está cada vez melhor na área do combate à corrupção, isso é visível".

A subprocuradora-geral de Justiça, Laura Ferreira Bueno falou das consequências das ações desonestas. "Sabemos que a corrupção tira o futuro de uma criança, impede que o idoso consiga uma vaga de UTI, cenário que o governador vem tentando reverter e conta com a parceria de todos os poderes. Estamos ombreados nessa luta"

Compliance nos municípios

Nesta semana, Caiado também anunciou o Programa de Compliance Público Municipal (PCM). Por meio da **CGE**, o **Governo de Goiás** selecionará 40 cidades goianas para auxiliar na implementação e execução do PCM.

O objetivo do programa é ajudar as prefeituras a estabelecerem um conjunto de procedimentos e estruturas que assegurem a conformidade dos atos de gestão com padrões morais e legais, bem como garantir o alcance dos resultados das políticas públicas, fomentando a ética, a transparência e a gestão de riscos nas administrações.

O PCM será realizado em parceria com o **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO)**, com a Agência Estadual de Fomento de **Goiás** (GoiásFomento) e a Federação Goiana de Municípios (FGM). A ideia é que as prefeituras goianas possam contar, em sua estrutura organizacional, com um programa de integridade nos mesmos moldes do Programa de Compliance Público de **Goiás**.

Participaram do evento os secretários Cristiane Schmidt (**Economia**); Adriano da Rocha Lima (Governadoria); Joel Sant'Anna Braga (Indústria, Comércio e Serviços); Andréa Vulcanis (Meio Ambiente); Tiago Mendonça (Agricultura, Pecuária e Abastecimento); Bruno D'Abadia (Administração); Tony Carlo (Comunicação); Ismael Alexandrino (Saúde); Henderson Rodrigues (Esporte e Lazer); Márcio César (Desenvolvimento e Inovação); Wellington Matos (Desenvolvimento Social) e o Coronel Luiz Carlos de Alencar (Casa Militar).

Ainda prestigiaram a premiação os presidentes Pedros Sales (Goinfra); Ricardo Soavinski (Saneago); Euclides Barbo (Juceg); Gilvan Cândido (**Goiás** Previdência); Leonardo Lobo (Ipasgo); Marcelo Nunes (AGR); José Essado (**Agrodefesa**); Marcos Roberto (Detran); Fabricio Amaral (**Goiás** Turismo); Marcelo Alves de Sousa (GoiásGás); Rivaél Aguiar (**Goiás** Fomento); Hipólito Prado dos Santos (**Goiás** Telecom); Lineu Olímpio (**Ceasa**) e o comandante do Corpo de Bombeiros, Coronel Esmeraldino Lemos.

Site: <https://pluralnoticias.com.br/caiado-entrega-premiacao-a-orgaos-estaduais-e-servidores-mais-bem>



***colocados-nos-rankings-do-programa-de-compliance-
publico-e-do-goias-mais-transparente/***

Caiado entrega premiação a órgãos estaduais e servidores mais bem colocados nos rankings do Programa de Compliance Público e do Goiás Mais Transparente

O governador **Ronaldo Caiado** premiou, nesta quinta-feira (09/12), órgãos estaduais que se destacaram nos rankings do Programa de Compliance Público (PCP) e do **Goiás Mais Transparente**. O evento, realizado no auditório do Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJGO) fez parte do encerramento da Semana Internacional de Combate à Corrupção 2021, coordenada pelo **Governo de Goiás**, por meio da Controladoria-Geral do Estado (**CGE**).

Fizemos com que grande parte dos programas e dos contratos não caminhassem para um lado que desse prejuízo ao povo goiano

Graças ao Compliance, fizemos com que grande parte dos programas e dos contratos não caminhassem para um lado que desse prejuízo ao povo goiano. Trouxemos benefícios para a população goiana de mais de 1,5 bilhão que não foram desviados e, como tal, bem aplicados para a sociedade, disse Caiado.

Os vencedores da premiação foram divididos por categoria. A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de **Goiás** (**Fapeg**), venceu no Grupo I, que reuniu órgãos de até 200 servidores. Na entrega do prêmio, o presidente Vanderlei Cassiano foi representado por Robson Domingos. A **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (**Goinfra**), sob a gestão de Pedro Sales, venceu na categoria Grupo II (órgãos de 201 até 1.000 servidores); a **Agência Goiana de Defesa Agropecuária** (**Agrodefesa**), comandada por José Essado, venceu no Grupo III (órgãos acima de 1.000 servidores). O órgão de destaque em gestão de riscos foi a Saneamento **Goiás** (**Saneago**), que tem Ricardo Soavinski como presidente.

No prêmio **Goiás Mais Transparente**, o Ministério Público do Estado venceu a Categoria I - Poderes Autônomos; a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), sob a gestão de Tiago Mendonça, venceu a Categoria II - Órgãos da administração direta, autarquias e fundações públicas. A Agência Goiana de Gás Canalizado (**Goiásgás**), sob

a presidência de Marcelo Alves de Sousa, venceu a Categoria III - Empresas públicas e sociedades de **economia** mista.

O Prêmio Inovação em Transparência Pública foi para a Secretaria de Indústria e Comércio (SIC), sob a gestão de Joel de Sant'anna. Na categoria Servidores Destaque em Gestão de Riscos, o prêmio foi para Leidina Rosa dos Santos, da Secretaria de Comunicação (Secom).

O PCP desenvolve ações com base em quatro eixos: ética, transparência, responsabilização e gestão de riscos. O intuito é melhorar a governança e prestação dos serviços públicos nos órgãos estaduais, com melhores entregas à sociedade, além de implementar uma cultura de gerenciamento de riscos. Instituída em todos os órgãos estaduais, a iniciativa tornou o governo goiano referência nacional no tema, além de melhorar a gestão estadual e promover a **economia** de mais de R\$ 1,5 bilhão em dois anos.

A evolução da implementação do PCP no Estado de **Goiás** é garantida por meio do ranking anual realizado pela **CGE**, que avalia o desempenho de todos os órgãos na implantação e desenvolvimento do programa. Controlador-geral do Estado, Henrique Ziller fez um balanço dos resultados do Programa de Compliance Público, implantado pelo governador **Ronaldo Caiado** em 2019, logo no início de sua administração.

Temos resultados impressionantes, o programa está implementado em todos os órgãos do Estado. Esse resultado é único e exclusivo do Estado de **Goiás**, disse Ziller. Ele conta que muitos perguntam se o governador apoia o programa de compliance, e explicou: não só apoia, mas, sim, dirige. Ele está a frente e implementou esse programa. O sucesso do compliance está diretamente relacionado a ele ser o grande mentor.

O vice-governador Lincoln Teijota destacou o esforço dos servidores na execução do programa que está

deixando marcas profundas e vai se transformar em **política** de Estado. Parabenizo cada um dos servidores, cada um daqueles que estão se doando, se entregando, na certeza de que estamos combatendo um bom combate , disse Tejota.

O evento contou ainda com a participação do corregedor-geral do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, **Sebastião Tejota** e dos secretários de Segurança Pública, Rodney Miranda e de Administração, Bruno D Abadia.

Conseguimos mais de R\$ 700 milhões em processo de recuperação e temos uma previsão de, até o final do governo, retornar aos cofres públicos mais de 2 bilhões de reais com as operações de combate à corrupção , disse Rodney Miranda. Para o secretário, a corrupção é tão grave quanto os crimes violentos e nós temos que ter a mesma repugnância a esse tipo de crime, que temos em relação aos outros .

Em 2021, só a Delegacia Estadual de Combate à Corrupção (Deccor) deflagrou 10 operações com 62 mandados de busca e apreensão cumpridos, 365 pessoas indiciadas, aproximadamente R\$ 190 milhões apreendidos e 10 servidores públicos afastados. Estes resultados foram apresentados pelo delegado titular da unidade, Rodrigo Mendes. Muito obrigado pela autonomia que tem dado para os organismos policiais e para a Superintendência de Segurança , agradeceu Mendes ao governador **Ronaldo Caiado**.

Reconhecimento a servidores

Além dos troféus aos órgãos da administração direta e indireta que se destacaram, foram entregues ainda, as premiações dos servidores que tiveram um desempenho acima da média na execução da gestão de riscos e distribuídas as certificações de capacitação em compliance público.

Esse prêmio é o resultado do esforço, comprometimento e engajamento de todos da Secom. Eu estou apenas como representante, pois o prêmio é de todos que me ajudaram e é de toda a Secom , disse a servidora Leidina Rosa dos Santos, uma das coordenadoras do Escritório de Compliance da Secretaria de Comunicação (Secom).

Para o **conselheiro Sebastião Tejota**, que representou o **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, o compliance tem diminuído a corrupção no Estado de **Goiás** e facilitado o controle externo, auxiliando o trabalho do órgão. Vamos seguir na busca pela máxima transparência , disse Tejota. Vice-presidente do Tribunal de Justiça de **Goiás** (TJGO), Zacarias Neves apontou o avanço no combate à corrupção: a gente sente no dia a dia que o nosso Estado está cada

vez melhor na área do combate à corrupção, isso é visível .

A subprocuradora-geral de Justiça, Laura Ferreira Bueno falou das consequências das ações desonestas. Sabemos que a corrupção tira o futuro de uma criança, impede que o idoso consiga uma vaga de UTI, cenário que o governador vem tentando reverter e conta com a parceria de todos os poderes. Estamos ombreados nessa luta

Compliance nos municípios

Nesta semana, Caiado também anunciou o Programa de Compliance Público Municipal (PCM). Por meio da **CGE**, o **Governo de Goiás** selecionará 40 cidades goianas para auxiliar na implementação e execução do PCM.

O objetivo do programa é ajudar as prefeituras a estabelecerem um conjunto de procedimentos e estruturas que assegurem a conformidade dos atos de gestão com padrões morais e legais, bem como garantir o alcance dos resultados das políticas públicas, fomentando a ética, a transparência e a gestão de riscos nas administrações.

O PCM será realizado em parceria com o **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO)**, com a Agência Estadual de Fomento de **Goiás** (GoiásFomento) e a Federação Goiana de Municípios (FGM). A ideia é que as prefeituras goianas possam contar, em sua estrutura organizacional, com um programa de integridade nos mesmos moldes do Programa de Compliance Público de **Goiás**.

Participaram do evento os secretários Cristiane Schmidt (**Economia**); Adriano da Rocha Lima (Governadoria); Joel Sant Anna Braga (Indústria, Comércio e Serviços); Andréa Vulcanis (Meio Ambiente); Tiago Mendonça (Agricultura, Pecuária e Abastecimento); Bruno D Abadia (Administração); Tony Carlo (Comunicação); Ismael Alexandrino (Saúde); Henderson Rodrigues (Esporte e Lazer); Márcio César (Desenvolvimento e Inovação); Wellington Matos (Desenvolvimento Social) e o Coronel Luiz Carlos de Alencar (Casa Militar).

Ainda prestigiaram a premiação os presidentes Pedros Sales (Goinfra); Ricardo Soavinski (Saneago); Euclides Barbo (Juceg); Gilvan Cândido (**Goiás** Previdência); Leonardo Lobo (Ipasgo); Marcelo Nunes (AGR); José Essado (**Agrodefesa**); Marcos Roberto (Detran); Fabricio Amaral (**Goiás** Turismo); Marcelo Alves de Sousa (GoiásGás); Rivaél Aguiar (**Goiás** Fomento); Hipólito Prado dos Santos (**Goiás** Telecom); Lineu Olímpio (**Ceasa**) e o comandante do Corpo de Bombeiros, Coronel Esmeraldino Lemos.



Site: <https://sdnews.com.br/noticia/4590/caiado-entrega-premiacao-a-orgaos-estaduais-e-servidores-mais-bem-colocados-nos-rankings-do-programa.html>

Prefeitos que não investiram na Educação querem se livrar de punição

Karla Araújo

Entidades que representam prefeitos de todo o país estão mobilizadas pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 13/2021, que determina que estados, o Distrito Federal e os municípios não poderão ser responsabilizados em caso de descumprimento do gasto mínimo constitucional de 25% da receita com educação nos anos de 2020 e 2021. A PEC propõe que a verba não usada seja aplicada até 2023.

De um lado, os gestores alegam que a pandemia provocou queda significativa nos gastos com educação, já que não houve despesa com transporte escolar e contratos temporários, por exemplo. Existem também casos de municípios que tiveram aumento de arrecadação, mas há justificativa de que o incremento não estava previsto na programação de gastos.

Do outro lado estão entidades que representam profissionais que trabalham na educação e que atuam em defesa de pautas da área, e são contrários à PEC. O argumento é que os prefeitos deveriam ter aplicado a verba em ações como melhorias no sistema de aula à distância e investimento na infraestrutura das escolas para a retomada das aulas.

Levantamento da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) aponta que até o 4º bimestre, em uma amostra de 4,2 mil municípios brasileiros, 3,4 mil gastaram menos que 25% com a educação. A lista tem 193 cidades goianas, sendo que 106 registraram índice menor que o constitucional.

Em relação ao 5º bimestre, em uma lista de 698 municípios brasileiros (com 11 goianos), 569 registraram despesa abaixo de 25% com a educação. Na lista de cidades com percentuais abaixo do exigido pela legislação, oito são de **Goiás**. O fato de registrar índice menor que 25% até o 5º bimestre não demonstra falha, pois a apuração ocorre anualmente. No entanto, os dados acendem sinal vermelho.

A amostra do 5º bimestre é menor porque o levantamento foi feito com base em dados registrados pelas prefeituras no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) até outubro.

Investimentos

No levantamento da FNP referente ao 5º bimestre, a cidade goiana que registrou menor índice de investimento em educação foi Pirenópolis, com 16,48%. Em nota, a assessoria da prefeitura informou que a rede municipal tem sete escolas urbanas e nove unidades em povoados. A prefeitura disse ainda que planejamento compreende ações como construção de quadras cobertas e aquisição de equipamentos tecnológicos para uso dos professores e de tablets para uso dos alunos. A nota informa que há procedimentos licitatórios para as aquisições em finalização e que a gestão se dedica para que todo o planejamento ocorra "zelando pela legalidade, e claro, pela qualidade dos investimentos na educação municipal".

No ranking dos menores índices em **Goiás**, o segundo lugar é de Paraúna, com 18%. O prefeito Paulo José Martins (Republicanos) afirma que provavelmente o município conseguirá atingir o percentual de 25%. O gestor conta que a despesa com custeio na educação caiu, mas a prefeitura está reformando as cinco escolas municipais e comprando material escolar para os alunos.

O 3º lugar na lista é de Cocalzinho de **Goiás**, com 18,43%. De acordo com o prefeito Alessandro Otone (PL), 2021 foi um ano difícil para gestão devido às incertezas do retorno das aulas presenciais. O prefeito diz que o município tem 58 linhas de transporte escolar, despesa que caiu devido ao ensino remoto. Atualmente, a gestão está investindo em reforma das escolas. "É quase certeza que vamos alcançar (os 25%), mas não é tarefa fácil", afirma.

'Falta interesse', diz presidente do Sintego

A presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de **Goiás** (Sintego), Bia de Lima, afirma que a dificuldade em atingir o mínimo de 25% de despesa com educação em relação à receita nos municípios está ligada à falta de preocupação dos gestores em dar atenção à área. "A essência é a falta de interesse dos prefeitos e governos, em sua grande maioria, em fazer investimentos tão necessários para a educação pública."

Questionada sobre o que os prefeitos poderiam ter feito para garantir a continuidade no fluxo de despesa

com educação nos últimos dois anos, Bia afirma que os gestores deveriam ter se mobilizado, como agora, junto ao Congresso Nacional. A presidente lembra que a Lei Complementar 173 restringiu as despesas de municípios, estados e União, em caso de calamidade financeira provocada pela pandemia. A norma proíbe, por exemplo, reajustes a servidores públicos. Para Bia, os prefeitos poderiam ter se mobilizado para conceder benefícios que valorizassem profissionais da educação, além de investir na infraestrutura das escolas.

Secretário-executivo da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), Gilberto Perre afirma que projeções apontam que os municípios brasileiros vão arrecadar em 2021 R\$ 48 bilhões a mais do que foi orçado. Diante disso, há R\$ 12 bilhões que precisam ser aplicados em educação, mas estavam fora do planejamento. "As receitas aceleraram muito por causa do avanço do processo de vacinação." Perre explica que no segundo semestre de 2020, quando o orçamento de 2021 foi preparado, não havia perspectivas sobre a vacina.

O secretário-executivo afirma que, diante da situação "absolutamente excepcional", os prefeitos defendem a aprovação da PEC 13/2021, que impede a punição de gestores pelo descumprimento da aplicação do mínimo de 25% na educação e prevê o uso dos recursos ainda não gastos até o ano de 2023. Os prefeitos que não respeitam a legislação estão sujeitos a processo por crime de responsabilidade, rejeição de contas e maiores dificuldades para contratar operações de crédito. O presidente da Federação Goiana dos Municípios (FGM), Haroldo Naves (MDB), afirma que a entidade também está mobilizada pela aprovação da proposta.

Estado afirma que regra será cumprida

Em julho, o **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)** expediu alerta ao governo de **Goiás** sobre o risco de descumprimento da legislação no que diz respeito ao gasto mínimo obrigatório com educação e saúde. O tribunal verificou que o estado aplicou, em educação, durante o primeiro semestre, 20,84% da receita arrecadada. Na saúde, foram 11,4% (o mínimo exigido é 12% por ano). Em nota, a Secretaria de Estado da Educação informou que realiza, em contato com a Secretaria da Economia, a análise periódica da vinculação de receitas. A pasta informou que não existe possibilidade de o investimento na área ficar abaixo do mínimo constitucional. Também por nota, a Secretaria de Estado da Saúde informou que, neste ano, já empenhou 11,94% e pagou 11% do orçamento, número se aproxima do percentual mínimo de 12% da arrecadação. O cumprimento da regra é, segundo a pasta, prioridade e foi alcançado nos últimos dois anos considerando o valor pago, e não

somente empenhado. Já a Prefeitura de **Goiânia** investiu, até o fim do 4º bimestre deste ano, 21,78% em educação.

Site: <https://opopular.com.br/noticias/politica/prefeitos-que-nao-investiram-na-educacao-querem-se-livrar-de-punição-1.2369907>